



**PROCESSO TC nº 02.315/22**

## **RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, **Sra. Caroline Ferreira Agra**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais ao **Sr. José Francisco Pereira Filho**, matrícula nº 11.777-3, Auxiliar de Serviços de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que contava, à época, com 40 anos, 01 mês e 27 dias de tempo de contribuição e idade de 57 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator

## **VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 407/2021] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 02.315/22

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *José Francisco Pereira Filho*

Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**

Gestor Responsável: *Caroline Ferreira Agra*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0741 / 2022

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 02.315/22**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais do **Sr. José Francisco Pereira Filho**, matrícula nº 11.777-3, Auxiliar de Serviços de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 407/2021], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 12 de maio de 2022.**

Assinado 14 de Maio de 2022 às 10:36



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 12 de Maio de 2022 às 12:10



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 15 de Maio de 2022 às 17:10



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO